

HABEAS CORPUS Nº 548.292 - MG (2019/0355541-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : PAULO EMILIO SILVA
ADVOGADO : PAULO EMILIO SILVA - MG176527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SEBASTIAO PEREIRA DE SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SEBASTIÃO PEREIRA DE SANTANA, no qual aponta como autoridade coatora a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado DE Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.136136-9/000, com a seguinte ementa (e-STJ fl. 36):

HABEAS CORPUS – FURTO QUALIFICADO – NULIDADE NO FLAGRANTE – INOCORRÊNCIA – HIPÓTESE QUE SE SUBSUME A NORMA DO ART. 302, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – DECISÃO FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL (ART. 312 E ART. 313, I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL) – PACIENTE REINCIDENTE – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS – CONDIÇÕES PESSOAIS – IRRELEVÂNCIA.

- Se no ato de lavratura do auto de prisão em flagrante delito foram devidamente observadas as formalidades previstas no Código de Processo Penal, não há que se falar em nulidades no flagrante.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública.

- Presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da prisão cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I e II, do Código de Processo Penal).

- As condições favoráveis do paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da cautelar.

Noticiam os autos que o paciente se encontra preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado nos arts. 155, § 4º, I, e 329 ambos do Código Penal.

Segundo a impetração (e-STJ fls. 3-17), o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, porque se encontra segregado desde 14/9/2019, em razão de decreto prisional desprovido de fundamentação, pois teria furtado latas de cerveja e uma caixa de chocolates. Acrescenta que o fato de ostentar antecedentes e de ser reincidente não autoriza supor que, em liberdade, ofereça risco à ordem pública.

Requer a concessão de liminar para que a segregação seja revogada. No mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da liminar, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 38-43, destaques acrescidos):

[...]

Inicialmente, verifico que o Auto de Prisão em Flagrante Delito, (documento eletrônico de ordem 10) encontra-se regularmente lavrado, não apresentando qualquer vício a justificar o relaxamento das prisões dos pacientes.

Destarte, não reconheço qualquer ilegalidade, uma vez que, presente a situação de flagrante, nos termos dos arts. 302, inciso I e 303, ambos do Código Penal, havendo nos autos **prova da materialidade e indícios suficientes de autoria**, não havendo que se falar em ilegalidades na prisão em flagrante do paciente.

[...]

Além do mais, a suposta agressão sofrida pelo paciente, por si só, não é suficiente para ensejar a revogação da prisão preventiva, sendo que eventuais abusos cometidos pelos policiais militares devem ser apurados pelas vias próprias.

Saliento ainda que não há nulidade na prisão em flagrante do paciente, eis que, ao ser ouvido na DEPOL, indicou sua ex-esposa, Vera Lucia Silva, como contato para informar sobre sua prisão, conforme se verifica no APFD (documento eletrônico de ordem 10 f. 15).

Noutro norte, ao contrário do alegado pelo impetrante, verifica-se que a douta autoridade ora apontada coatora manifestou-se pela **conversão da custódia flagrantial da paciente em segregação preventiva diante a existência de indícios de autoria e materialidade dos crimes, bem como pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, em especial para garantir a ordem pública ante a sua reincidência** (documento eletrônico de ordem 07).

“(…) Depreende-se do auto de prisão em flagrante delito que a Polícia Militar quando efetuava patrulhamento de rotina na Rua Padre Luís, n 768, na cidade e Comarca de Dores do Indaiá, avistaram o autuado SEBASTIÃO PEREIRA DE SANTANA em atitude suspeita e de posse de uma bolsa, e, ainda, perceberam que o estabelecimento comercial conhecido com “bar dos amigos” estava acionado.(sic) Diante da

suspeita da guarnição, o autuado foi abordado pelo policiais militares, tendo este afirmado que estava no local, pois esteve prestando serviço ao supracitado estabelecimento comercial e que iria colocar bebidas no refrigerador do local.

Submetido a busca pessoal, foi localizado com ele diversas latas de cerveja e bebidas diversas, bem como um caixa de bombom e uma chave de fenda, o que fez com que o autuado confessasse a subtração, sendo, então, dado lhe voz de prisão em flagrante delito.

Nesse momento, o autuado teria corrido dos policiais, sendo perseguido e imobilizado pela guarnição. Constatou-se que diante da pavimentação da rua, o autuado teve diversas escoriações, bem como o policial militar que o prendeu.

Pois bem.

Sabe-se que a prisão preventiva somente pode ser decretada se estiverem presentes algum dos pressupostos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, quais sejam: garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal e desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Devem estar presentes ainda os requisitos no art. 313 do mesmo diploma legal, com a nova redação dada pela Lei 12.403/11 e as medidas cautelares diversas da prisão deverão se mostrar inadequadas ou insuficientes.

No caso em tela, nota-se que existe a hipótese legal de decretação da prisão preventiva. Trata-se de delito doloso, punido com reclusão, amoldando-se tipicamente ao art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Além do que, também estão presentes os pressupostos legais que autorizam a preventiva. Vislumbra-se a presença do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, porquanto está razoavelmente provada a materialidade do crime de tráfico de drogas (sic) e há indícios suficientes de autoria, conforme se infere do APFD. Tudo conforme inteligência do art. 312, in fine, do Código de Processo Penal.

No mesmo diapasão, está presente o fundamento legal que autoriza o decreto prisional – garantia da ordem pública. O conceito de ordem pública não visa apenas prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas cautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, uma vez que a sociedade tem assistido a um significativo recrudescimento de crimes graves, muito deles relacionados ao tráfico de drogas (sic), crime esta de difícil repressão.

Com efeito, a possibilidade de decretação da prisão com base na necessidade de garantia da ordem pública é identificada em diversos precedentes dos Tribunais Superiores, sobretudo nas hipóteses em que se visualiza a periculosidade do agente pela gravidade do crime perpetrado, em tese, identificada a partir das circunstâncias concretas do fato.

Na espécie, extrai-se que ao autuado Sebastião Pereira de Santana ostenta diversas outras autuações e condenações, inclusive por crimes contra o patrimônio, estando, assim, presente hipótese autorizadora do decreto de prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública, vez que, solto, pode voltar a delinquir.

Vislumbra-se, nesse mote, verdadeiro risco concreto de reiteração

delitiva em virtude dos antecedentes trazidos, mormente pelo fato de que a requerente, em tese, praticou os delitos descritos no APFD, o que denota propensão para a reiteração delitiva.

Desde modo, dado o risco concreto a garantia da ordem pública, a determinação da segregação cautelar se afigura a medida mais correta neste momento.

(...)

Logo, a determinação da custódia cautelar se faz necessária para acautelar o meio social, impedindo a continuação da prática viciosa e de novos delitos pela autuada.

Gize-se que, ainda que a prisão preventiva seja considerada um exceção, já que por meio dela priva-se o acusado de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, em casos excepcionais, como o dos autos, justifica-se a medida constritiva quando evidenciada a sua real necessidade para que seja garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Por fim, registre-se que as circunstâncias do fato e as condições pessoais dos acusados também indicam que as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, não serão suficientes para os investigados e inclusive são inadequadas. (...)”

Dessa forma, após a leitura da decisão supramencionada, tenho que, ao contrário do alegado pelo impetrante, encontra-se devidamente fundamentada, sendo necessária a manutenção da custódia cautelar do paciente pela garantia da ordem pública, sendo que o agente não sofre qualquer constrangimento ilegal, até porque, nos termos do disposto no art. 313, I, do CPP, presentes os requisitos previstos no art. 312 do mesmo diploma legal, admite-se a prisão cautelar quando tratar-se de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, conforme ocorre no caso em análise.

Nas lições de Nestor Távora, ordem pública compreende-se pela tranquilidade e paz no seio da sociedade. Portanto, havendo iminente risco de que o acusado possa colocar em risco a serenidade social, é legítima a segregação preventiva com o fundamento da preservação da ordem pública.

[...]

Extrai-se dos autos a existência concreta de periculum libertatis suficiente à manutenção da cautela do paciente, tendo em vista que consta na CAC (documento eletrônico de ordem 09), que o mesmo já foi condenado pela prática do delito de tráfico de drogas, estando inclusive em cumprimento de pena, o que denota, prima facie, indiferença ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário, justificando a manutenção da custódia cautelar, nos termos do artigo 313, II do Código de Processo Penal.

Existindo o receio de reiteração delitiva, não há falar em ofensa ao postulado da presunção de inocência, restando justificada a excepcionalidade da medida a bem do resguardo da ordem pública.

[...]

Vale ressaltar, ainda, que, ante a gravidade dos fatos, as medidas cautelares alternativas à prisão, introduzidas com a Lei nº 12.403/11, não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime no caso dos autos, razão pela qual deixo de aplicá-las. Além disso, o art. 313, I, do CPP, permite a

Superior Tribunal de Justiça

prisão cautelar quando tratar-se de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

[...]

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator